

NELSON WERNECK SODRÉ E O ESTUDO DA CULTURA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Nelson Werneck Sodré and the study of Culture in International Relations in Brazil: possible dialogues

Eduardo Brasil de Mattos¹

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** eduardobrmattos@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3842-9692>

Recebido em: 11 abr. 2025 | Aceito em: 6 out. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O historiador brasileiro Nelson Werneck Sodré apresentou em sua extensa obra contribuições fundamentais para se pensar a cultura brasileira. Seus trabalhos abordam as questões culturais em uma perspectiva ampla, levando sempre em consideração a dimensão internacional. Ainda assim, sua obra é pouco conhecida no campo das Relações Internacionais. O objetivo deste artigo é apresentar as contribuições acerca do estudo da cultura elaboradas por Sodré, estabelecendo um diálogo crítico entre sua obra e duas referências relevantes sobre o tema na disciplina: a perspectiva neoliberal de Joseph Nye Jr. e a perspectiva de autores franceses da História das Relações Internacionais.

Palavras-chave: Nelson Werneck Sodré. Cultura. Relações Internacionais.

ABSTRACT

Brazilian historian Nelson Werneck Sodré's extensive work has made fundamental contributions to understanding Brazilian culture. His works approach cultural issues from a broad perspective, always considering the international dimension. Even so, his works are still little known in the field of International Relations. The aim of this article is to present Sodré's contributions to the study of culture, establishing a critical dialogue between his work and two important references on the theme in the IR field: Joseph Nye Jr.'s neoliberal perspective and the perspective laid out by French authors of the History of IR.

Keywords: Nelson Werneck Sodré. Culture. International Relations.

INTRODUÇÃO

Ao longo de décadas de atividade política e intelectual, o historiador, militar e militante comunista Nelson Werneck Sodré (1911-1999) consagrou-se como um dos principais pensadores marxistas do Brasil no século XX. O autor dedicou parte importante de sua obra a discussões acerca dos desenvolvimentos culturais no Brasil, abordando a cultura em uma perspectiva ampla e guiada pelo materialismo-histórico. Tal posição pode ser observada em livros como “História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos”, “Síntese de história da cultura brasileira” e “História da imprensa no Brasil”, por exemplo.

Outrora influente nos círculos intelectuais brasileiros, sobretudo durante o período em que esteve associado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) entre as décadas de 1950 e 1960, o pensamento de Sodré foi relegado ao “ostracismo” graças à perseguição política promovida pelo regime militar e ao surgimento de novas perspectivas na historiografia brasileira, mais críticas à visão marxista do autor. Desde o começo do século XXI, no entanto, sua obra vem sendo resgatada sobretudo por pesquisadores do campo da História, da Economia e da Comunicação.

Em sua visão ampla acerca dos desenvolvimentos culturais no Brasil, Sodré nunca perde de vista a dimensão internacional. Conceitos fundamentais para a compreensão de suas posições, como “transplantação cultural” e “alienação cultural”, para além de apontamentos sobre a “cultura de massa”, por exemplo, estão diretamente relacionados à posição ocupada pelo Brasil no Sistema Internacional ao longo da história. No entanto, sua obra permanece pouco conhecida no campo das Relações Internacionais (RI) no país. Assim, este artigo objetiva apresentar as contribuições teóricas e conceituais de Sodré para se estudar a cultura nas RI, estabelecendo um diálogo crítico entre a obra do autor e duas referências relevantes sobre o tema na disciplina: a perspectiva neoliberal de Joseph Nye Jr. e a perspectiva de autores franceses da História das Relações Internacionais.

A primeira seção do trabalho apresentará de forma breve a trajetória intelectual de Sodré, partindo então para uma análise bibliográfica que apresenta os fundamentos teóricos de suas contribuições sobre os desenvolvimentos culturais no Brasil, para além dos principais conceitos formulados pelo autor. A segunda seção, por sua vez, buscará apresentar o conceito de “*soft power*” desenvolvido por Nye, apontando como a obra de Sodré pode contribuir para uma crítica à perspectiva do autor. Por fim, a terceira seção será voltada para um diálogo entre a obra do historiador brasileiro e a literatura oriunda da História das Relações Internacionais, observando convergências e divergências no que se refere a conceitos e perspectivas teóricas. Dessa forma, o artigo pretende estabelecer pontes entre os trabalhos de Nelson Werneck Sodré e uma bibliografia bem estabelecida sobre o estudo da cultura nas Relações Internacionais, contribuindo para a afirmação da atualidade do pensamento do historiador brasileiro e para sua consideração enquanto referência relevante no campo das RI.

AS DINÂMICAS DA CULTURA NO BRASIL NA OBRA DE SODRÉ

Nelson Werneck Sodré iniciou sua trajetória intelectual na década de 1930, quando publicou seu primeiro livro, “História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos” (1938) (Oliveira, 2021, p. 120; Ramos, 2020, p. 83; Rodrigues, 2010). De acordo com Netto (2011, p. 45) e Berriel (2011, p. 287), Sodré se insere na geração de “intérpretes do Brasil” que marcou esse período histórico, figurando junto a nomes como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre graças às contribuições delineadas em sua obra de estreia. Durante a década de 1940, atuou como professor da Escola do Estado-Maior do Exército, envolvendo-se nas disputas políticas no interior do Exército Brasileiro e do Clube Militar ao lado dos nacionalistas (Oliveira, 2021, p. 121; Pinto, 2011, p. 170).

O autor já contava com uma série de publicações de relevo quando foi convidado por Alberto Guerreiro Ramos para integrar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) em 1955 (Sodré, 2011, pp. 11-14). Durante a presidência de Juscelino Kubitschek, o Iseb se tornou um dos principais polos de formação da *intelligentsia* brasileira, reunindo intelectuais de diferentes matrizes teóricas para debater a questão do desenvolvimento brasileiro (Lovatto, 2011; Pinto, 2011). Presente durante toda a existência do instituto, Sodré conviveu com figuras como Hélio

Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Ignácio Rangel e Cândido Mendes, representando uma visão à esquerda do nacionalismo que aglutinava esse grupo heterogêneo. Pinto (2011, p. 169) identifica o período de Sodré no Iseb como o mais profícuo de sua produção intelectual e intervenção política, sobretudo durante o governo João Goulart, quando assumiu uma posição de maior protagonismo dentro do instituto.

Tal desenvolvimento, no entanto, foi bruscamente interrompido com o golpe militar de 1964. Devido à sua atuação no Iseb em prol das reformas de base de Goulart e da construção de um novo currículo para o ensino da História no ensino básico, para além de seus laços com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Sodré foi um dos primeiros alvos da repressão do regime ditatorial e teve seus direitos políticos cassados através do Ato Institucional nº 1 (Cardoso, 2013; Netto, 2011). A perseguição política contra o autor manifestou-se em sua prisão, na instauração de inquéritos sobre sua atuação política e profissional e na censura generalizada às suas obras, relegando-o a um “ostracismo acadêmico” ao longo da ditadura civil-militar (Cardoso 2013; Netto, 2011, p. 19; Ramos, 2020, p. 79).

Em outro sentido, também contribuíram para tal “ostracismo” o surgimento de obras críticas à sua perspectiva marxista sobre a História do Brasil, considerada “mecanicista” e “ortodoxa”, sobretudo devido à sua tese sobre a existência de características “feudais” na formação econômica brasileira (Konder, 2011; Netto, 2011; Oliveira, 2021; Ramos, 2020; Sodré, 1968). No século XXI, sua obra vem suscitando renovado interesse de pesquisadores dos campos da História, Economia e Comunicação. Iniciativas como a coletânea organizada por Cunha e Cabral (2011) e as obras biográficas elaboradas por Netto (2011) e Olga Sodré (2020) ajudaram a recuperar sua trajetória intelectual para novas gerações de pesquisadores. As pesquisas conduzidas por Vieira e Campos (2019) acerca da questão do imperialismo na obra do autor, e por Ramos (2020) e Oliveira (2021) sobre sua trajetória intelectual de forma mais ampla, sustentam a atualidade, relevância e originalidade do pensamento de Sodré e suas formulações sobre a formação social brasileira. Sobre as questões culturais de forma mais específica, destaca-se o artigo de Soares (2023), aplicando a perspectiva do autor em uma análise sobre a literatura brasileira e a questão nacional.

Ao longo de inúmeras obras dedicadas à análise dos desenvolvimentos culturais do país, Sodré desenvolve o conceito de “transplantação” (Soares, 2023). Tal conceito aparece nas obras do historiador como um “fenômeno específico do sistema colonial” (Sodré, 1982, p. 480), vinculado diretamente às necessidades econômicas, políticas e administrativas das metrópoles europeias em seus domínios ultramarinos. Em suas análises sobre a colonização brasileira, por exemplo, Sodré destaca como a transplantação de valores europeus era encarada como a única alternativa capaz de adequar o território conquistado à exploração colonial, considerando que os modos de vida das populações indígenas eram tidos pelas autoridades portuguesas como incompatíveis com a produção agrícola voltada à exportação (Sodré, 1968, pp. 69-70; 1982, pp. 18; 480-481; 1989, pp. 11-14; 2010, pp. 29-30).

De acordo com o historiador brasileiro, “o colonizador encontra no Brasil o regime de comunidade primitiva, no qual não havia mercadoria, não havia excedente de produção, a produção era consumida pela própria comunidade, nada era objeto de troca” (Sodré, 1968, p. 69). O objetivo da colonização portuguesa não era, no entanto, a subsistência, mas sim o lucro, motivo pelo qual as autoridades coloniais impuseram o trabalho escravo tanto da população indígena como principalmente da massa de pessoas escravizadas oriundas do continente africano – estabelecendo o que Sodré classifica como uma sociedade “escravista” (Sodré, 1968, pp. 69-70; 1989, pp. 11-14; 2010, pp. 29-30).

Assim, a transplantação não se refere unicamente à transferência de uma população “estrangeira” para um território específico, mas sim à imposição de relações sociais novas em uma sociedade que se encontrava em um estágio de desenvolvimento diferente. Vê-se, portanto, que o conceito deve ser compreendido tendo em vista uma perspectiva marxista que leve em consideração a sucessão de “etapas históricas” como marco do desenvolvimento da História humana. Também é importante destacar que Sodré coloca especial ênfase na violência que decorre da transplantação, tendo em vista a destruição das sociedades indígenas e de seus valores culturais a partir da colonização (Sodré, 1989, pp. 12; 19; 2010, p. 30):

A transplantação correspondia a introduzir, em organismo colonial, aquilo que convinha aos organismos metropolitanos e, por isso mesmo, configurava uma deformação cultural em que o autêntico, o local, o nacional eram inteiramente deslocados. E isso aconteceu precisamente porque a classe dominante na área colonial era mandatária da classe dominante no exterior, nas áreas economicamente metropolitanas. (Sodré, 1961, p. 11).

À dimensão material da transplantação soma-se uma importante dimensão cultural. Em uma sociedade “transplantada”, onde os elementos da classe dominante vinculavam-se de forma subordinada a uma metrópole, a “imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, [tanto] no campo político como no campo artístico” (Sodré, 1961, p. 9) era um traço marcante: voltadas para a Europa, no período colonial as elites brasileiras transplantavam para o território sul-americano os ideais políticos e estéticos da metrópole portuguesa, replicando desde os hábitos sociais até a literatura e a arquitetura (Sodré, 1982; 1989, p. 20). O surgimento de uma pequena-burguesia a partir de meados do século XVIII inaugura uma nova fase nesse cenário: essa classe seria a responsável pela transplantação não mais dos valores da metrópole, mas sim daqueles da burguesia europeia, marcando o declínio da dominação colonial portuguesa (Sodré, 1982, p. 482; 1989, pp. 27; 39). Apesar da dependência da camada intermediária frente à classe dominante, formada pelos grandes proprietários de terras que efetivamente controlavam o panorama político e econômico do país, surgia uma evidente contradição:

Os elementos letrados, leigos e religiosos, oscilam entre dois pólos: as duras exigências práticas oriundas dos interesses da classe dominante, de senhores de escravos e de servos, e as fascinantes influências teóricas oriundas do pensamento europeu, da área onde a revolução burguesa havia subvertido os padrões culturais e forjado novo conteúdo ideológico. (...) a cultura peculiar à classe dominante colonial era uma: aquela que vinha sendo elaborada pela burguesia ascensional européia era outra. (Sodré, 1989, p. 39).

No plano político, essa contradição se manifestou nas rebeliões conduzidas pelas classes médias no final do período colonial, particularmente a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana, ocasiões nas quais a inspiração nos revolucionários franceses e norte-americanos é particularmente aparente (Sodré, 1968, pp. 171; 176; 180-181; 1990, p. 56). Trata-se da tradução de um “pensamento que não encontrava fontes internas” (Sodré, 1982, p. 145); em suma, da transplantação de valores políticos que não correspondiam às condições sociais brasileiras, marcadas pela virtual inexistência de uma burguesia e pela prevalência de relações sociais consideradas pré-capitalistas (Vieira e Campos, 2019, p. 124).

No plano artístico, por exemplo, os intelectuais da pequena-burguesia foram os responsáveis pela transplantação dos ideais estéticos e das correntes artísticas em vigor entre a burguesia europeia, entre as quais Sodré destaca particularmente o Romantismo a partir da década de 1840 (Sodré, 1982; 1989, p. 45). Segundo o autor, esse movimento no Brasil correspondeu à transplantação local de uma corrente artística compreendida como a “expressão literária da plena dominação” da burguesia na Europa (Sodré, 1982, p. 189). Ainda assim, a transplantação cultural e a prevalência da “ideologia do colonialismo” permaneceriam marcantes: a arte e a literatura brasileiras no século XIX equilibram-se entre as inovações europeias e a necessidade dos intelectuais pequeno-burgueses de não entrarem em conflito direto com a classe dos grandes proprietários de terras, impasse materializado na exclusão das contribuições da população afro-brasileira na produção cultural nacional desse período (Sodré, 1961, pp. 10; 53-55; 1982, pp. 481-482).

A atividade literária, no Brasil do tempo de Alencar, estava estreitamente condicionada à classe dominante, de senhores de terras e de escravos. Nessa classe é que se recrutavam os escritores e nessa classe é que estavam os leitores. Valorizar o negro corresponderia a entrar em conflito com tais origens. (Sodré, 1961, p. 54).

É interessante apontar que o movimento romântico também foi marcado pelo esforço promovido pelos intelectuais brasileiros em construir uma “imagem da nacionalidade” em suas obras (Rouanet, 1991, p. 241), fosse através da organização de antologias literárias que afirmassem a existência de uma literatura autenticamente brasileira; da valorização das paisagens naturais brasileiras na poesia; da promoção do canto lírico em língua portuguesa nos teatros; e das tentativas de se construir uma História nacional (Diego, 2022; Ricupero, 2004, pp. 92-110; Rouanet, 1991, pp. 258; 262; Sodré, 1982, p. 207; Sússekind, 1990, p. 16). Não obstante, as produções culturais desse período seguiam marcadas pela transplantação: é notória a réplica local de modelos estéticos europeus nos trabalhos de artistas de diferentes áreas, seja a música de Carlos Gomes, as pinturas de Pedro Américo e mesmo a literatura de José de Alencar (Mattos, 2025; Sodré, 1989, p. 51).

Assim, mesmo após a Independência a transplantação continuaria sendo um traço importante dos desenvolvimentos culturais e políticos no Brasil, ratificando a continuidade dos laços coloniais (Sodré, 1982, pp. 479-482; 1989, p. 34). De fato, tal fenômeno permanecia “em correspondência direta com a ordem social vigente” (Sodré, 1982, p. 482): durante a colonização,

a transplantação dos valores políticos, sociais e culturais da metrópole refletia a hegemonia da classe dos grandes proprietários de terras vinculados economicamente a Portugal. A partir de 1822 e ao longo do século XIX, a classe dominante brasileira construiria uma relação de subordinação com a burguesia europeia, notadamente inglesa (Sodré, 1968, p. 187; 1982, p. 481; 1989, p. 49). Era necessário manter, portanto, não apenas uma estrutura econômica que permitisse a continuidade do vínculo colonial em um novo panorama político, mas também uma “ideologia do colonialismo” (Sodré, 1961), alimentada pela transplantação cultural, que reafirmasse “a supremacia de nações colonizadoras” ao mesmo tempo em que justificasse “a supremacia da classe ou das classes que se beneficiam da subordinação” internamente (Sodré, 1961, p. 9).

O cenário cultural brasileiro começa a passar por grandes transformações a partir das primeiras décadas do século XX, momento em que Sodré identifica a ascensão de “relações capitalistas” (Sodré, 1968, p. 312; 1989, p. 54) com o desenvolvimento da indústria nacional. A disputa da burguesia pelo poder, até então concentrado na mão das oligarquias latifundiárias, era refletida no plano cultural e artístico pelo movimento Modernista, responsável pelas primeiras tentativas de rompimento com os padrões estéticos europeus que vigoravam desde o primeiro momento da colonização (Sodré, 1989, p. 56). De acordo com o autor, as manifestações modernistas ainda eram marcadas pela transplantação, considerando que no Brasil não se encontravam as mesmas condições materiais e subjetivas que haviam permitido a ascensão de novos paradigmas artísticos – notadamente as transformações sociais profundas provocadas pela ascensão da burguesia e pela Primeira Guerra Mundial (Sodré, 1989, p. 58). Ainda assim, se observa um esforço profundamente relevante para o rompimento com os cânones transplantados já estabelecidos, abrindo espaço para inovações observadas nos trabalhos de artistas como Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Heitor Villa Lobos e Mário de Andrade (Sodré, 1982, pp. 528-529; 1989, pp. 58-59):

A liquidação do formalismo tradicional, da ênfase, da retórica, a simplicidade de estilo, a busca da clareza, a amplitude da frase, o acolhimento a formas populares, a aproximação com os motivos nacionais, o esforço renovador, contudo, constituíram enorme serviço, abrindo fase inteiramente diversa às letras e a todas as formas e manifestações artísticas e mesmo, mais amplamente, culturais, no Brasil. (Sodré, 1989, p. 59).

A Revolução de 1930 é para Sodré o principal marco do pleno desenvolvimento de relações capitalistas no Brasil, momento que inaugura uma nova etapa histórica na qual a burguesia alcança a hegemonia política (Sodré, 1968; 1982, p. 535; 1989, pp. 54-56; 63; 1990, pp. 99-101). Nesse estágio, o autor observa o desenvolvimento de uma cultura nacional no país; ou seja, uma cultura que, diferente da cultura transplantada de períodos anteriores, é “original” e “autenticamente” brasileira (Sodré, 1982, pp. 482-484; 543; 1989, pp. 30-31):

Quando, mais adiante, a partir da terceira década do século XX o domínio dos proprietários rurais, longe de ser único, começava a ser neutralizado pela existência de uma classe média cuja efetividade política é indisfarçável, e pela existência de uma classe trabalhadora que dá os primeiros passos no terreno político, criam-se, pouco a pouco, as

condições para o aparecimento de uma crítica, de uma história, de uma ficção de traços nacionais indelévels. (Sodré, 1982, p. 482).

Apesar do autor não definir exatamente o que seriam os traços de “originalidade brasileira” nessa nova etapa dos desenvolvimentos culturais no Brasil, parece claro que o autor se refere à incorporação das expressões culturais das classes populares no cânone cultural do país. Ao se referir à cena cultural em períodos históricos anteriores, por exemplo, Sodré identifica traços originais na música popular produzida por indígenas, africanos e portugueses já no século XVI (Sodré, 1989, pp. 20-21); no século XVIII, nos trabalhos de artistas plásticos negros como Mestre Valentim e Aleijadinho seria possível observar “pela primeira vez, algo especificamente nosso, renovando velhos modelos metropolitanos (...) gerando uma arte com traços originais, como o barroco brasileiro” (Sodré, 1989, p. 30). Os “traços nacionais” tornam-se marca da cultura produzida no país a partir do século XX, seja na música popular, particularmente no samba e na Bossa Nova (Sodré, 1989, pp. 101; 106); seja na literatura, nas obras de autores como Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade (Sodré, 1982, p. 558; 1989, pp. 69-70); nas produções teatrais de Oduvaldo Vianna (Sodré, 1989, p. 70); entre outras expressões culturais e artísticas (Sodré, 1989, pp. 111-122). Em suma, “só é nacional o que é popular” (Sodré, 1982, p. 485; 2008, p. 13).

Assim, a partir do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil são reunidas as condições materiais e subjetivas para a formação de uma cultura nacional no país. Isso não significa que as influências externas não são mais observadas nas expressões culturais aqui produzidas, mas sim que uma nova dinâmica marca as relações culturais entre o Brasil e as grandes potências. Para se referir a esse novo estágio, Sodré não mais emprega o conceito de transplantação; afinal, sendo um “fenômeno específico do sistema colonial” (Sodré, 1982, p. 480), ele não poderia definir essas relações a partir do momento em que “a economia de tipo colonial estivesse em declínio” (Sodré, 1990, p. 99), sendo substituída por uma “economia de tipo dependente” (Sodré, 1990, p. 99; Vieira e Campos, 2019, p. 122) marcada pelas sequelas da colonização, notadamente a persistência do latifúndio. A cultura, agora sob condições de se tornar efetivamente nacional, sofre dessas mesmas sequelas, sendo marcada pela “descaracterização” e “desnacionalização” (Sodré, 1989, pp. 79; 135) provocadas pela importação massiva de produtos culturais estrangeiros, levando enfim à “alienação cultural” da população brasileira (Sodré, 1989, p. 92).

Tais fenômenos estão diretamente relacionados à transformação sofrida pelos produtos culturais a partir da ascensão das relações capitalistas no Brasil, passando a ser considerados como mercadorias (Sodré, 1989, pp. 64-70). Suscetíveis agora às dinâmicas de mercado de uma economia dependente, os produtos culturais brasileiros enfrentam a concorrência de uma intensa produção estrangeira em diferentes áreas, situação particularmente sentida quando se observa a operação dos meios de comunicação de massa. No que se refere ao cinema, por exemplo, Sodré critica o monopólio de empresas estrangeiras, particularmente estadunidenses, no setor de distribuição de filmes, levando à desvalorização das produções nacionais brasileiras e a um

dumping de produções dos EUA (Sodré, 1989, pp. 85-92). O rádio e a televisão cumprem funções similares, promovendo produtos culturais estrangeiros no Brasil em detrimento das produções nacionais. Para além da mera concorrência, observa-se, sobretudo na música, a “descaracterização” da produção nacional, que perde as suas origens populares para se tornar mais similar à música (na maior parte dos casos) dos EUA (Sodré, 1989, p. 107). Assim, o povo brasileiro é “alienado” de sua própria cultura:

Por longos e longos decênios, as massas brasileiras aprenderam histórias norte-americanas, cultuando feitos norte-americanos, adotando posições norte-americanas. (...) Nossos jovens mal conhecem Rondon, mas certamente estão familiarizados com a conquista do oeste americano; mal conhecem comandantes que, à frente dos nossos pracinhas, estiveram em Monte Castelo e Montese, mas estão perfeitamente a par do papel dos Eisenhower e MacArthur; mal sabem os nomes das tribos que viviam em nosso litoral, mas distinguem claramente apaches e comanches. (Sodré, 1989, p. 92)

Os apontamentos de Sodré sobre a questão da cultura no Brasil revelam uma evidente preocupação com a valorização daquilo que ele considera como sendo a autêntica cultura nacional brasileira, ou seja, a cultura popular. Suas posições convergem, portanto, com sua militância política em prol da Revolução Brasileira e da conquista do poder pela classe trabalhadora (Netto, 2011; Oliveira, 2021; Sodré, 1989; 1990). É importante afirmar ainda assim que o historiador brasileiro não adota uma posição que rechaça as contribuições estrangeiras como um todo; ao contrário, Sodré reafirma a importância de afirmar a cultura brasileira “dentro da conjugação entre o universal, o geral e o particular” (Sodré, 1989, p. 136), defendendo-a contra a “descaracterização” ao mesmo tempo em que se valorizam contribuições positivas vindas do exterior.

Ainda que restrito historicamente à experiência colonial, o fenômeno da transplantação cultural é fundamental para se compreender os desenvolvimentos culturais no Brasil – e em outros países colonizados – em uma perspectiva histórica ampla. No final, a “alienação cultural” que Nelson Werneck Sodré criticava no século XX tem suas origens na imposição de valores por parte dos colonizadores portugueses ainda no século XVI e na reafirmação dessa cultura transplantada pelas elites brasileiras ao longo dos séculos. O colonialismo impediu que uma cultura nacional se formasse em um primeiro momento; em um estágio histórico superior, o imperialismo atua na descaracterização das raízes populares que, depois de séculos, puderam finalmente definir a cultura brasileira.

AS FORMULAÇÕES DE SODRÉ E O “SOFT POWER” DE JOSEPH NYE JR.

Historicamente, a cultura ocupou uma posição secundária no campo das RI, tendo sua relevância frequentemente diminuída nas formulações de autores que compõem o cânone da disciplina (Herz, 1987; Suppo, 2012, p. 13; Suppo; Lessa, 2007, p. 224). Apesar do surgimento de trabalhos pioneiros ainda na metade do século XX, como a pesquisa de McMurry e Lee (1947) sobre a importância da cultura para a política externa de diferentes países, os temas culturais só começariam a receber mais atenção nas RI a partir da “virada cultural” dos anos 1990 (Ferreira;

Lira, 2019, p. 3; Zanella; Neves Junior; Silva, 2024, p. 1). Entre as principais contribuições nesse âmbito destaca-se a obra do cientista político norte-americano Joseph Nye, responsável por cunhar o conceito de “*soft power*” (poder brando), oferecendo uma nova perspectiva para se considerar a importância da cultura nas disputas de poder no Sistema Internacional a partir de uma visão neoliberal (Nye, 2004; Ramos; Zahran, 2006; Zanella; Neves Junior; Silva, 2024, pp. 11-12).

A relevância do “*soft power*” se revela em mais de um sentido. Observando a produção acadêmica brasileira de forma mais específica, o trabalho de Zanella, Neves Junior e Silva (2024, p. 2) destaca uma presença expressiva de menções ao conceito formulado por Nye em bases de trabalhos nacionais, o que os autores consideram como um marco do crescente interesse em temas culturais nas RI. A difusão do “*soft power*”, no entanto, extrapola os limites da disciplina: os mesmos autores apontam para a ampla utilização do conceito na mídia, muitas vezes desprovido do sentido originalmente dado pelo autor (Zanella, Neves Junior e Silva, 2024, p. 9). O próprio Joseph Nye (2021, pp. 204-205) destacou a positiva recepção do “*soft power*” em círculos políticos e militares mundo afora, levando países como Estados Unidos e China a formular estratégias oficiais para desenvolver sua “atratividade” no cenário internacional.

Nye (2004; 2021) define o “*soft power*” como a capacidade de se alcançar objetivos através da atração, ou seja, de moldar as preferências de outrem sem recorrer à coerção militar ou econômica. Ainda de acordo com o autor, as fontes dessa forma de poder residem nos “valores que uma organização ou país expressa através de sua cultura, nos exemplos que estabelece a partir de suas práticas e políticas internas e na forma como lida em suas relações com outros” (Nye, 2004, p. 8, tradução nossa). Através desse conceito, o autor buscava reagir às “insuficiências” do Realismo, cuja concentração em questões de segurança e poder militar desconsiderava outras dimensões do poder (Nye, 2021, p. 199). Ao mesmo tempo, Nye se contrapunha à ideia de que o poder norte-americano estava em declínio na década de 1990, demonstrando que os valores democráticos e a indústria cultural do país eram instrumentos relevantes – e menos custosos que o poderio militar – para a manutenção de sua posição no Sistema Internacional (Nye, 2004; 2021; Ramos; Zahran, 2006, p. 135).

Tanto Ramos e Zahran (2006, p. 135) como Zanella, Neves Junior e Silva (2024, pp. 10-11) identificam uma forte aproximação entre o “*soft power*” de Nye e as formulações de Antonio Gramsci, particularmente considerando o papel do consenso na construção da hegemonia. O autor norte-americano, no entanto, esvazia o conteúdo crítico dessa referência, desenvolvendo tal conceito como uma “interpretação teórica para apoiar conceitualmente o governo dos EUA” (Zanella; Neves Junior; Silva, 2024, p. 11, tradução nossa) nas circunstâncias políticas do pós-Guerra Fria. Por esse motivo Ramos e Zahran (2006, p. 153), empregando a terminologia gramsciana, consideram que Nye é um “intelectual orgânico” do “bloco histórico” conduzido pelos EUA, atuando em prol da manutenção da hegemonia norte-americana. Os cargos ocupados pelo autor nos Departamentos de Estado e de Defesa de seu país também são um fator importante nesse sentido (Nye, 2021, p. 198).

As críticas elaboradas por Ramos e Zahran (2006; Zahran; Ramos, 2010) aos trabalhos de Nye partem de uma perspectiva neogramsciana, apontando as deficiências da formulação conceitual do autor norte-americano considerando, sobretudo, a relação entre coerção e consenso estabelecida no conceito de “hegemonia” de Gramsci. Partindo da mesma base materialista, a obra de Nelson Werneck Sodré também contribui para um debate crítico sobre as referências teóricas e os conceitos de Joseph Nye. Na perspectiva do historiador brasileiro, por mais que as relações culturais possuam dinâmicas próprias, elas continuam diretamente associadas às condições materiais da sociedade como um todo; ou seja, a cultura não está divorciada do poder político ou econômico (Berriel, 2011; Mattos, 2025, p. 29; Rodrigues, 2010; Sodré, 1982; 1999).

Nye aponta a cultura como uma das fontes do “*soft power*” de um país, destacando que a atração que tal cultura pode gerar em outros países está vinculada à presença de “valores universais” (Nye, 2004, p. 11), conforme o autor observa nos EUA. Partindo da crítica à própria ideia de que quaisquer valores possam ser considerados universais estabelecida por Ramos e Zahran (2006, p. 150), observamos que a obra de Sodré permite situar histórica e politicamente a origem dessa “capacidade de atração”. Na visão do historiador, o que torna a cultura e os valores norte-americanos (e europeus) atraentes para setores da população brasileira é uma bem estabelecida relação de submissão cultural frente às grandes potências, originada na “transplantação cultural” observada durante o período colonial (Sodré, 1989). Aversas às contribuições intelectuais e artísticas oriundas das classes populares – ou seja, “nacionais”, na perspectiva de Sodré (1982; 1989; 2008) – as elites brasileiras historicamente adotaram para si as referências culturais externas, primeiramente de Portugal e posteriormente da Europa de forma mais ampla (Sodré, 1961; 1982; 1989). Dessa maneira, ao mesmo tempo em que reafirmavam sua afinidade com as classes dominantes estrangeiras, solidificavam sua dominação local através do apagamento da cultura popular (Sodré, 1961; 1989, p. 49).

Assim, empregando um exemplo utilizado por Nye (2004, p. 13; 44-45), a atração que motiva a *intelligentsia* brasileira a estudar em universidades norte-americanas e europeias não é fruto de “valores universais” por elas difundidos, mas sim da perpetuação da ideia de que os centros da economia mundial são culturalmente superiores às regiões periféricas, reflexo contemporâneo da “ideologia do colonialismo” (Sodré, 1961). A partir da obra do historiador brasileiro, é possível inclusive observar a vigência de uma longa tradição na qual os filhos da elite brasileira são enviados para estudar no exterior e “importar” para o país os ensinamentos e valores difundidos pelas universidades e instituições artísticas europeias (Sodré, 1982, pp. 209-210). Vê-se, portanto, que os trabalhos de Sodré contribuem para historicizar os apontamentos de Joseph Nye sobre o “*soft power*”, demonstrando que a atração despertada por determinadas culturas é reflexo da violência política e da dependência econômica que perduram desde o regime colonial. Nos termos de Ramos e Zahran (2006, p. 150), os apontamentos do historiador brasileiro tornam clara a “realidade social permeada por mecanismos intrínsecos de coerção” que é “ignorada” por Nye.

O autor norte-americano não aborda exclusivamente os contatos culturais entre as elites, apontando também a relevância da “cultura popular” (*popular culture*) para o “*soft power*” dos EUA (Nye, 2004, p. 46). A difusão da música, de programas de televisão e filmes norte-americanos é encarada por ele como um importante meio de desenvolver a capacidade de atração dos EUA, contribuindo de forma decisiva para objetivos estratégicos do país, particularmente a vitória na Guerra Fria (Nye, 2004, p. 49; 2021, p. 200). Nye reconhece que essa presença suscita críticas de determinados setores das sociedades consumidoras dos produtos culturais norte-americanos, particularmente entre aqueles que se sentem “ameaçados” e “ressentidos” pela modernidade que o país representa e insatisfeitos com a “globalização” (Nye, 2004, pp. 39-41).

Devido a suas críticas acerca da forte presença do cinema norte-americano no Brasil da década de 1960, Nelson Werneck Sodré pode ser considerado como um exemplo de pensador “nacionalista” e “anti-americano” nos termos de Nye (2004, p. 42). Na perspectiva do historiador brasileiro, a produção cultural em um país de economia dependente como o Brasil é marcada pela presença de monopólios estrangeiros que efetivamente controlam o setor, conservando o país em uma posição passiva enquanto consumidor de produções e influências culturais estrangeiras (Sodré, 1989, p. 80). Observando a dimensão econômica, isso significa que a “cultura de massa” – ou seja, aquilo que Nye (2004) nomeia de “cultura popular” – gera uma renda que é em sua quase totalidade remetida ao exterior, em especial aos EUA (Sodré, 1989, pp. 86-89).

Para além disso, Sodré é particularmente atento aos impactos culturais da forte presença da cultura de massa norte-americana no Brasil, nomeadamente a “descaracterização” da cultura brasileira e a “alienação cultural” da população (Sodré, 1989, p. 92). Em sua análise da cena cinematográfica no país entre as décadas de 1950 e 1960, o historiador critica o *dumping* de filmes estrangeiros no mercado brasileiro, que efetivamente impedia o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e, por conseguinte, alijava a população brasileira de suas próprias referências culturais (Sodré, 1989, pp. 87-92). Na perspectiva norte-americana de Nye, a popularidade do cinema dos EUA entre o público brasileiro seria um recurso de “*soft power*”, contribuindo para os objetivos estratégicos do país. A visão de Sodré expressa mais do que um “ressentimento” frente aos EUA: em consonância com sua produção intelectual e sua trajetória política, o autor expressa preocupação com a preservação das raízes populares da cultura nacional, cujo desenvolvimento histórico foi marcado pela repressão e pelo apagamento resultantes da transplantação cultural (Soares, 2023; Sodré, 2008).

Observa-se, portanto, que a obra de Sodré contribui para uma análise crítica sobre o conceito de “*soft power*” formulado por Nye. Seus apontamentos sobre os desenvolvimentos culturais no Brasil tornam evidente que a “atratividade” da cultura norte-americana é resultado de um longo processo histórico marcado pela coerção política e econômica de um país dependente – e não da suposta irradiação “branda” de valores universais elencada por Nye. O historiador brasileiro investiga o impacto da transplantação na cultura brasileira de forma ampla, compreendendo as transformações ocorridas entre o período colonial e o desenvolvimento das relações capitalistas no país. Nesse sentido, sua obra pode contribuir para se analisar as dinâmicas

culturais desiguais estabelecidas entre países centrais e dependentes. No entanto, é importante destacar que as formulações do autor não abrem espaço para se considerar a possível influência cultural desses países dependentes no cenário internacional da mesma forma que Nye (2004, p. 83) destaca o “*soft power*” de países asiáticos, por exemplo.

SODRÉ E AS “RELAÇÕES CULTURAIS INTERNACIONAIS”

Ferreira e Lira (2019, p. 3) identificam uma “virada cultural” nas RI a partir da década de 1990, a partir da qual os temas culturais ganharam mais atenção nas agendas de pesquisa no Brasil. É necessário apontar, no entanto, que esse marco temporal não é universal. De fato, desde a década de 1980 pesquisadores francófonos da área da História das Relações Internacionais vinham conduzindo pesquisas sobre esses temas, inspirados sobretudo nas contribuições de autores como Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle (Frank, 2003a; Milza, 1980; Suppo; Lessa, 2007, pp. 236-237). Essa “escola francesa” é marcada por uma forte influência da História e de uma perspectiva particularmente ampla sobre as Relações Internacionais, que considera as questões culturais no “conjunto da vida política, econômica e social dos países envolvidos” (Lessa, 1998, pp. 116-117).

No Brasil, a relevância dessa “escola” pode ser observada na influência alcançada pelos trabalhos de pesquisadores de formação francesa atuantes no país como Mônica Lessa (1998; 2002b) e Hugo Suppo (2000; 2012) (Suppo; Lessa, 2007; 2012), e de autoras francesas cujas agendas de pesquisa se dedicam às dinâmicas culturais brasileiras, como Juliette Dumont (2008) e Anaïs Fléchet (2012) (Dumont; Fléchet, 2014). Um ponto que torna o diálogo entre essa bibliografia e os trabalhos de Nelson Werneck Sodré particularmente interessante é uma perspectiva historiográfica comum: ainda que os autores possam ter visões teóricas distintas, todos trabalham a relevância da História e da História Cultural para se compreender as dinâmicas culturais nas Relações Internacionais, esforço para o qual a obra de Sodré pode também contribuir.

Em um primeiro momento, cabe esclarecer o que se entende por “relações culturais internacionais”: na elaboração de Robert Frank, o conceito refere-se a “trocas, iguais ou desiguais, de representações do mundo e modelos, bem como produções de objetos simbólicos entre espaços separados por fronteiras” (2003a, p. 322). Tal definição ampla permite considerar diferentes aspectos dessas relações: por um lado, o autor deixa claro que as trocas em questão não são necessariamente iguais, abrindo espaço para a abordagem de relações culturais assimétricas. Por outro lado, a amplitude do conceito de Frank permite que sejam consideradas tanto iniciativas que partem do Estado de forma mais direta, como a diplomacia cultural, como aquelas que se originam em grupos da sociedade civil (Lessa, 2002b, p. 14).

Ainda de acordo com Frank (2003a, p. 322), a dinâmica das relações culturais internacionais observa uma importante dualidade: por vezes é a troca de produtos simbólicos que leva a uma mudança no “sistema de representações” em outro Estado; por outras, é a própria

abertura desse sistema de representações no estrangeiro que motiva a troca de produtos simbólicos. Ou seja, não existe uma ordem específica para as trocas culturais entre dois ou mais Estados. O autor também torna clara a relação da dimensão cultural com os objetivos políticos, econômicos e estratégicos dos Estados:

A cultura, como já é bem conhecido, é uma arma da qual muitos Estados se utilizam para além de suas fronteiras para expandir ou manter seu poder. Uma forte presença cultural no exterior permite que eles melhorem positivamente sua imagem, conquistem amigos, aliados e clientes, e compartilhem ideias, ideologias, modelos e valores. Vender a cultura no exterior ajuda os Estados a melhor garantir sua segurança, a fazer negócios e a exercer uma maior influência no mundo. (Frank, 2003b, p. 325, *tradução nossa*).

A partir de tal caracterização, pode-se compreender a “transplantação cultural” de Sodré como uma faceta das relações culturais internacionais. Empregando o vocabulário de Frank, a transplantação é uma troca cultural desigual, ancorada nas dinâmicas de poder existentes entre a metrópole e suas colônias. Tal fenômeno aparece como imprescindível para os objetivos das potências coloniais: tomando o caso brasileiro como exemplo, observa-se que a transplantação foi a maneira encontrada pelas autoridades coloniais portuguesas para impor não apenas um modelo de produção agrícola que, diferente daquele encontrado entre as populações indígenas, pudesse ser voltado para a exportação, mas também para efetivamente construir uma sociedade que replicasse nos planos cultural e político a mesma submissão observada no plano comercial, garantindo assim a continuidade da hegemonia metropolitana (Sodré, 1968, pp. 69-70; 1982, pp. 18; 480-481; 1989, pp. 11-14; 2010, pp. 29-30). No primeiro momento do período colonial, a imposição da língua portuguesa e da religião católica cumpriam a tarefa dupla de destruir os valores culturais dos povos indígenas e construir uma “unidade cultural” (Sodré, 1989, p. 12) favorável à dominação; em suma, a cultura foi de fato empregada como uma arma pelo Império Português.

De acordo com Sodré, o desenvolvimento de relações capitalistas permite que se observem no Brasil as condições necessárias para a formação de uma cultura nacional. Ainda que o autor estabeleça que nesse novo momento histórico a economia de tipo colonial entre em declínio, Sodré esclarece que a economia dependente que a substitui permanece marcada pelas sequelas da colonização (Sodré, 1990, pp. 58; 99-100). Assim, mesmo que não se possa mais identificar a transplantação cultural como uma marca das relações culturais internacionais do Brasil com as grandes potências, também é certo que a desigualdade nas trocas culturais continua uma realidade. Para se compreender essa dinâmica é necessário levar em consideração uma importante transformação provocada pelo desenvolvimento das relações capitalistas no país: os produtos culturais e as criações artísticas, “antes simples motivo de divertimento ou de adorno” (Sodré, 1989, p. 70), tornam-se mercadorias. Tal transformação permite, por um lado, a profissionalização das atividades intelectuais e artísticas e o crescimento exponencial do público consumidor de cultura; por outro lado, a cultura passa a ser regida sob uma lógica industrial, dentro da qual a produção em massa é esforço necessário para alcançar lucros cada vez maiores:

A massificação é condição necessária à sobrevivência ou ao prolongamento da existência das estruturas sócio-econômicas geradas pelo desenvolvimento capitalista. Os meios de comunicação são meros instrumentos; não são geradores das estruturas, mas resultado delas, servidores delas. (Sodré, 1989, p. 78).

Nesse sentido, observa-se um interessante paralelo entre as colocações de Sodré e o trabalho de Pierre Milza. Conforme colocado, o historiador brasileiro situa as diferentes dinâmicas das relações culturais estabelecidas entre o Brasil e as grandes potências a partir do desenvolvimento das relações capitalistas no país. Milza (1980, pp. 362-363) também estabelece uma diferenciação importante entre iniciativas culturais no exterior ao longo da História, considerando transformações políticas e econômicas no cenário mundial. Em um primeiro momento, o autor francês destaca que as dinâmicas culturais estabelecidas entre metrópole e colônia – “uma aculturação ligada à conquista territorial e à dominação política direta” (Milza, 1980, p. 362, tradução nossa) – não podem ser equiparadas ao estabelecimento de “políticas culturais” estruturadas por diferentes países a partir do final do século XIX. Essas, por sua vez, são caracterizadas por um pioneirismo do setor privado, fator também destacado por Frank (2003b, p. 327), e normalmente voltadas para setores mais específicos da população: é o caso das iniciativas educacionais e de difusão da língua promovidas por países como França e Alemanha (Milza, 1980, pp. 363-365).

Milza ainda identifica uma dinâmica que ganha força sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial, nomeadamente a “contaminação cultural aplicada a todos os aspectos da vida social” (Milza, 1980, p. 367, tradução nossa) observada a partir da ascensão dos Estados Unidos. De acordo com o autor, esse fenômeno não é recente, mas graças ao desenvolvimento científico-tecnológico dos meios de comunicação de massa, os EUA alcançaram uma influência cultural em dimensão verdadeiramente planetária – algo que as potências europeias não haviam conquistado anteriormente. De forma análoga a Nelson Werneck Sodré, o autor francês associa a difusão da cultura norte-americana às necessidades econômicas da indústria cultural, particularmente a uniformização de produtos e a diversificação de mercados (Milza, 1980, p. 367). Vê-se, portanto, que a obra do historiador brasileiro pode ser relevante para compreender as especificidades das dinâmicas culturais no Brasil, ao mesmo tempo em que se alinha com as observações mais amplas sobre as relações culturais internacionais expostas por Milza.

Conforme mencionado anteriormente, Sodré não dedica particular atenção às iniciativas culturais promovidas pelo Estado brasileiro no exterior, concentrando-se no impacto cultural, político e econômico da penetração cultural promovida pela Europa e pelos EUA no país. A questão das possibilidades de atuação dos “países dominados” no campo cultural é colocada por Milza (1980, p. 372) e desenvolvida, especificamente sobre o caso brasileiro, nos trabalhos de Lessa (2002a), Dumont (2008) e Fléchet (2012) (Dumont; Fléchet, 2014), por exemplo. Tais autoras destacam que, desde fins do século XIX, o Brasil já desenvolvia uma diplomacia cultural voltada para sustentar seus interesses comerciais no exterior e promover uma imagem “civilizada” do país, sobretudo frente à Europa – o que significava, em grande medida, apagar a importância das contribuições culturais da população afro-brasileira. Fléchet (2012, pp. 157-159) aponta que,

no que se refere à música, o Itamaraty preteriu gêneros como o samba e o choro durante décadas, concentrando sua atuação na difusão da música erudita, mais próxima das tradições culturais europeias. Dumont e Fléchet também exemplificam essa política no cinema, destacando a recusa do MRE em inscrever o filme “Orfeu Negro” na seleção brasileira do Festival de Cannes em 1959: a trama ambientada nas favelas do Rio de Janeiro e interpretada por um elenco negro era “suscetível à projeção de uma ‘má’ imagem do país” (Dumont; Fléchet, 2014, p. 213).

Na perspectiva marxista de Sodré, o Estado é compreendido como a expressão do poder político de uma classe. A partir dessa ótica, a afirmação de Suppo e Lessa (2007, p. 242) sobre o fato de que “nenhuma relação ou ação cultural realiza-se sem a autorização, o acordo e o apoio (político e/ou econômico) do Estado, quando não é francamente planejada, dirigida e subvencionada pelo mesmo”, ganha novo sentido. Uma iniciativa cultural no exterior, seja direta ou indiretamente coordenada pelas autoridades estatais, irá refletir as dinâmicas de classe do país emissor. O apagamento da cultura popular, sobretudo de suas raízes africanas e indígenas, é um fenômeno destacado por Sodré como marca dos desenvolvimentos culturais no Brasil, fruto da transplantação cultural e da manutenção da “ideologia do colonialismo” para além do período colonial (Sodré, 1961; 1982; 1989). Através dos trabalhos de Dumont, Fléchet e Lessa, pode-se observar que as ambições culturais das elites brasileiras não se restringiam ao plano doméstico, envolvendo a construção de uma imagem internacional do país sob o prisma da “civilização”.

CONCLUSÃO

Em seus escritos sobre a história dos desenvolvimentos culturais no Brasil, Nelson Werneck Sodré apresenta conceitos e formulações profundamente relevantes para se compreender a natureza das trocas culturais entre o país e as grandes potências ao longo do tempo. O fenômeno da transplantação cultural, por exemplo, esclarece a relação intrínseca entre a cultura, a política e a economia durante o período da colonização. Também é importante destacar que as contribuições do autor permitem que se estabeleça uma perspectiva de longa duração das relações culturais internacionais do Brasil, observando, por exemplo, de que maneira as sequelas da colonização europeia no século XVI ainda eram sentidas no século XX. Ainda que seus apontamentos sejam voltados para a realidade brasileira, é possível observar a possibilidade do emprego de tais conceitos para a análise das relações culturais internacionais de outros países, notadamente ex-colônias europeias.

Um aspecto profundamente relevante abordado pelo historiador brasileiro é a influência das trocas culturais internacionais para os desenvolvimentos culturais no Brasil. Com uma perspectiva profundamente crítica, Sodré explicita como a penetração de influências estrangeiras pode ter resultados deletérios para o desenvolvimento da cultura nacional, particularmente quando se observa a descaracterização de referências da cultura popular. Tal questão encontra-se diretamente associada à cena político-econômica do país: a submissão no plano da cultura aparece para Sodré ao mesmo tempo como uma consequência e um fator de reforço de uma

submissão colonial que persiste no tempo. Seus apontamentos sobre a indústria cultural e a cultura de massa no século XX também deixam claro que a cultura é parte integrante da economia.

Os diálogos estabelecidos entre a obra de Sodré e referências importantes para o estudo da cultura nas Relações Internacionais reafirmam a atualidade do pensamento do autor e suas contribuições para a disciplina. No que se refere aos trabalhos de Joseph Nye Jr., a obra de Sodré permite a construção de uma visão crítica acerca da construção do conceito de “*soft power*”, aliando-se às contribuições de Ramos e Zahran (2006; Zahran; Ramos, 2010). Ao historicizar as relações culturais entre o Brasil e as grandes potências, o autor brasileiro expõe os mecanismos de coerção que as estruturam, denunciando os impactos sobre a formação da cultura nacional no país. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer os limites de suas formulações: diferente de Nye, Sodré não considera a capacidade de “atração” que um país dependente pode desenvolver a partir de sua cultura.

Com relação às obras de autores da História das Relações Internacionais, observa-se uma forte confluência de perspectivas, sobretudo com relação ao trabalho de Milza (1980) acerca das transformações nas dinâmicas culturais entre países centrais e dependentes. O conceito de “transplantação cultural” desenvolvido por Sodré encontra apoio na definição de “relações culturais internacionais” apresentada por Frank (2003a), traduzindo um fenômeno importante para as trocas culturais no período colonial que possui forte repercussão nos desenvolvimentos culturais posteriores. Por fim, os trabalhos de Lessa (2002a), Dumont e Fléchet (2014) permitem expandir a visão do autor sobre tais desenvolvimentos, destacando a relevância das iniciativas de diplomacia cultural brasileira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Para além de uma contextualização histórica, a obra de Nelson Werneck Sodré apresenta conceitos fundamentais para se compreender as disputas em torno da construção da cultura nacional brasileira e, conseqüentemente, a forma que sua difusão internacional se deu ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berriel, C. E. O. (2011) “Literatura e nação em Nelson Werneck Sodré”. In P. R. CUNHA e F. CABRAL (eds.), *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, pp. 287–294.
- Cardoso, L. C. (2013) ‘Nelson Werneck Sodré: censura, repressão e resistência’. Anos 90, 20(37), p. 237–267, [Online]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/28620>. [Acesso em: 11 set. 2025].
- Cunha, P. R.; Cabral, F. (eds.). (2011). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Diego, M. (2022). *Ópera flutuante: teatro lírico, literatura e sociedade no Rio de Janeiro do Segundo Reinado*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Dumont, J. (2008). *L’Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris: Éditions de l’IHEAL.

Dumont, J.; Fléchet, A. (2014). 'Pelo que é nosso! A diplomacia cultural brasileira no século XX'. *Revista Brasileira de História*, 34(67), p. 203–221, [Online]. Disponível em: https://www.academia.edu/9100410/Pelo_que_%C3%A9_nosso_A_diplomacia_cultural_brasileira_no_s%C3%A9culo_XX. [Acesso em: 5 jun. 2024].

Ferreira, T. S. H.; Lira, V. H. (2019). 'In search of a lost treasure: cultural mapping studies in the field of Political Science and International Relations in Brazil'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 62, p. e008, [Online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/7QjcsGgTttQVDzGzV8HdcdQ/?lang=en>. [Acesso em: 23 out. 2024].

Fléchet, A. (2012). "As partituras da identidade: o Itamaraty e a música brasileira no século XX". In H. Suppo; M. Lessa (eds.). *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 139–167.

Frank, R. (1994). 'Images et imaginaire dans les relations internationales depuis 1938 : problématiques et méthodes'. *Bulletins de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, 28, pp. 5–11, [Online]. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ihtp_0769-4504_1994_num_28_1_2293. [Acesso em: 31 jul. 2025].

Frank, R. (2003a). 'Introduction'. *Relations internationales*, 115, pp.319–323, [Online]. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-relations-internationales-2003-3.htm>. [Acesso em: 5 jul. 2024].

Frank, R. (2003b). 'La machine diplomatique culturelle française après 1945'. *Relations internationales*, 115, pp. 325–348, [Online]. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-relations-internationales-2003-3.htm>. [Acesso em: 5 jul. 2024].

Herz, M. (1987). 'A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica'. *Contexto Internacional*, 6(3), pp.61–76.

Konder, L. (2011). "Nelson Werneck Sodré". In P. R. CUNHA e F. CABRAL (eds.), *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, pp. 53-58.

Lessa, M. L. (1998). 'Aliança Francesa no Brasil: política oficial de influência cultural (1866 - 1930)'. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, 17(1), pp.115-133.

Lessa, M. L. (2002a). 'A política cultural brasileira e a Sociedade das Nações'. *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*, [Online]. Disponível em: https://www.academia.edu/76634696/A_Pol%C3%ADtica_Cultural_Brasileira_e_a_Sociedade_das_Na%C3%A7%C3%B5es. [Acesso em: 5 ago. 2025].

Lessa, M. L. (2002b). "Relações culturais internacionais". In L. M. de MENEZES; D. ROLLEMBERG e O. MUNTEAL FILHO (eds.), *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pp. 11–25.

Lovatto, A. (2011). “O pensamento de Nelson Werneck Sodré nos Cadernos do Povo Brasileiro”. In P. R. CUNHA e F. CABRAL (eds.), *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, pp. 313-326.

Mattos, E. B. (2025). “Representante digno e nobre do nome brasileiro”: Carlos Gomes nas Relações Culturais Internacionais do Império do Brasil entre 1863 e 1878. Dissertação de Mestrado, Relações Internacionais/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [Online]. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/23934>. [Acesso em: 25 set. 2025].

Mcmurry, R. E.; Lee, M. (1947). *The cultural approach: another way in International Relations*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Milza, P. (1980). ‘Culture et relations internationales’. *Relations internationales*, 24, pp. 361–379, [Online]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45343760>. [Acesso em: 01 out. 2025].

Netto, J. P. (2011). *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

Nye, J. S. (2004). *Soft Power: the means to success in world politics*. Nova York: PublicAffairs.

Nye, J. S. (2021). ‘Soft power: The evolution of a concept’. *Journal of Political Power*, 14(1), pp. 196–208, [Online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2158379X.2021.1879572>. [Acesso em: 25 set. 2025].

Oliveira, E. R. (2021). ‘Nelson Werneck Sodré: Um historiador militar no Iseb e a gênese da teoria da revolução brasileira’. *Princípios*, 40(162), pp. 115–138, [Online]. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.162.006>. [Acesso em: 11 set. 2025].

Pinto, J. A. (2011). ‘Nelson Werneck Sodré, historiador do Brasil (1911-1999)’. *Revista de Historia Actual*, 9, pp. 169–180, [Online]. Disponível em: https://www.academia.edu/90472623/Nelson_Werneck_Sodr%C3%A9_historiador_do_Brasil_1911_1999. [Acesso em: 17 set. 2025].

Ramos, E. R. (2020). ‘Itinerário e Projeto Intelectual de Nelson Werneck Sodré: Um Recenseamento Crítico’. *Revista Despierta*, 7(07), pp. 78–97, [Online]. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rd/article/view/1203>. [Acesso em: 11 set. 2025].

Ramos, L.; Zahran, G. (2006). ‘Da hegemonia ao poder brando: implicações de uma mudança conceitual’. *Cena Internacional*, 8(1), pp. 134–157, [Online]. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAIternacional/2006/vol8/no1/9.pdf>. [Acesso em: 4 dez. 2024].

Ricupero, B. (2004). *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Rodrigues, A. M. (2010). ‘História e literatura em Nelson Werneck Sodré’. *Intellèctus*, 9(2), [Online]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5860334>. [Acesso em: 11 set. 2025].

Rouanet, M. H. (1991). *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano.

Soares, L. (2023). 'Nelson Werneck Sodré e a questão povo da literatura brasileira'. *Amoxtli*, 11, pp. 1-18, [Online]. Disponível em: <https://doi.org/10.38123/amox11.362>. [Acesso em: 11 set. 2025].

Sodré, N. W. (1961). *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Sodré, N. W. (1968). *Formação histórica do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense.

Sodré, N. W. (1982). *História da literatura brasileira*. 7ª ed. São Paulo: DIFEL.

Sodré, N. W. (1989). *Síntese de história da cultura brasileira*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sodré, N. W. (1990). *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

Sodré, N. W. (1998). *Panorama do segundo império*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia.

Sodré, N. W. (1999). *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad.

Sodré, N. W. (2008). *Quem é o povo no Brasil?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sodré, N. W. (2010). 'Parte 1: Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil'. In O. SODRÉ (ed.), *Desenvolvimento brasileiro e luta pela Cultura Nacional*. 1ª ed. Itú: Ottoni Editora, pp. 27-90, [Online]. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3306/1/Livro_desenvolvimentobrasileiro.pdf. [Acesso em: 10 abr. 2024].

Sodré, O. (2011). 'O ISEB, Nelson Werneck Sodré e a cultura brasileira: um testemunho histórico'. *Albuquerque*, 3(6), pp. 9-21, [Online]. Disponível em: <https://doi.org/10.46401/ajh.2011.v3.3977>. [Acesso em: 3 out. 2025].

Sodré, O. (2020). *Odisseia de um general do povo brasileiro e de sua geração intelectual: Testemunho de Olga Sodré sobre o combate cultural de Nelson Werneck Sodré*. São Paulo: Paco e Littera.

Suppo, H. R. (2000). 'A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: O direito e o avesso das missões universitárias'. *Revista de História*, 142–143, pp. 309–345, [Online]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18904/20967/22435>. [Acesso em: 2 out. 2025].

Suppo, H. R. (2012). 'O papel da dimensão cultural nos diferentes paradigmas das relações internacionais'. In H. R. SUPPO e M. L. LESSA (eds.), *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 13–44.

Suppo, H. R.; Lessa, M. L. (2007). 'O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas'. In M. L. LESSA, e W. GONÇALVES (eds.).

História das Relações Internacionais: teoria e processos. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pp.223–250.

Süssekind, F. (1990). *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras.

Vieira, C. A. C.; Campos, F. A. (2019). ‘Imperialismo e questão nacional em Nelson Werneck Sodré’. *História Econômica & História de Empresas*, 22(1), pp. 115-142, [Online]. Disponível em: <https://doi.org/10.29182/hehe.v22i1.594>. [Acesso em: 11 set. 2025].

Zahran, G.; Ramos, L. (2010). “From hegemony to soft power: Implications of a conceptual change”. In I. PARMAR e M. COX (eds.). *Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, historical and contemporary perspectives*. Nova York: Routledge, pp. 12-31.

Zanella, C. K.; Neves Junior, E. J.; Silva, L. R. D. (2024). ‘Cultural Diplomacy and Soft Power: critical analysis and methodological application’. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 67(1), p. e012, [Online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292024000100212&tlng=en. [Acesso em: 23 nov. 2024].